



Relatório Final

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES CORONEL DOMINGOS SOARES – PR

Tema:

**“As mulheres, os territórios e
as cidades”**

Evento realizado em 18 de junho de 2025

Realização:

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Departamento Municipal de Ação Social

Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares



1. DADOS GERAIS

1.1 Informações sobre o município:

- 1.1.1** No seu Município existe órgão específico de coordenação de políticas públicas para as mulheres? Sim.
- 1.1.2** Em qual estrutura do organograma do município este órgão está vinculado: Departamento Municipal de Ação Social.
- 1.1.3** Cite o instrumento legal de criação (lei, decreto, portaria ou outro) desse órgão: Lei Municipal nº 1.157/2024.
- 1.1.4** No seu município existe Conselho Municipal dos Direitos da Mulher? Sim
- 1.1.5** Cite o instrumento legal de criação desse Conselho: Lei Municipal nº 1.157/2024.
- 1.1.6** Cite como é a composição do Conselho Municipal: Nº de titulares do governo 04 e Nº de titulares da sociedade civil 04.
- 1.1.7** No seu Município existe Plano Municipal de Políticas para Mulheres? Não, mas está em elaboração.
- 1.1.8** No seu Município há ações ou programas direcionados às mulheres nas áreas de: educação, cultura, esportes e lazer, saúde, assistência social e outros.

1.2 Informações básicas da Conferência Municipal:

- 1.2.1** Nome da Conferência: 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Coronel Domingos Soares – PR.
- 1.2.2** Local e data: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Domingos Soares, 18 de junho de 2025.
- 1.2.3** Composição da Comissão Organiza.
- 1.2.4** A Comissão foi composta de forma paritária, com representantes do poder público e da sociedade civil:
- Silvana Maria Niszcza de Araújo – Representante do Departamento Municipal de Saúde;
 - Andrea Reis Taques Casanova - Representante do Departamento Municipal de Administração;
 - Dulce Ribas Correa de Lima – Representante da Sociedade Civil;
 - Trindade de Oliveira – Representante da Sociedade Civil.
- 1.2.5** Número total de participantes na Conferência: 69.
- 1.2.6** Número total de participantes do governo na Conferência: 39.



1.2.7 Relação dos órgãos representados: Prefeitura Municipal, Departamento Municipal de Ação Social, Departamento Municipal de Saúde, Departamento Municipal de Educação, Departamento Municipal de Administração, CRAS, Câmara Municipal de Vereadores.

1.2.8 Número de participantes da sociedade civil na Conferência: 30.

1.2.9 Relação de organizações/grupos/redes da sociedade civil participantes: Mulheres agricultoras, lideranças comunitárias, conselheiras, APAE, CODEPA, cooperativas, entidades religiosas.

2. RESULTADO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

2.1 Resumo Geral da Conferência

No dia 18 de junho de 2025, Coronel Domingos Soares realizou sua 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, com o tema “As mulheres, os territórios e as cidades”. A conferência foi um marco histórico no município, promovendo um espaço plural de escuta, debate e construção coletiva em prol dos direitos das mulheres.

2.2 Avaliação Geral da Conferência

A conferência contou com 69 participantes, incluindo representantes do governo, sociedade civil, lideranças comunitárias e entidades parceiras. A organização do evento foi conduzida de forma paritária, destacando-se pela mobilização social, qualidade dos debates e representatividade das participantes.

2.2.1 Pontos fortes:

- Participação ativa e qualificada da comunidade;
- Apoio institucional da Prefeitura e das entidades locais (SICREDI, CODEPA, APAE);
- Qualidade das propostas geradas nos grupos de trabalho.

2.2.2 Desafios enfrentados:

- Tempo reduzido para discussão dos eixos;
- Limitações de divulgação em comunidades rurais.

2.3 Mesa de Abertura

A mesa de abertura foi composta por lideranças locais e regionais, incluindo:

- Andrea Reis Taques Casanova, representando a prefeita Maria Antonieta de Araújo Almeida, que destacou o papel das mulheres na transformação do território e o compromisso da gestão com políticas inclusivas;
- Vanessa Maria Maldaner, diretora do Departamento de Ação Social, que reforçou o caráter participativo da conferência;
- Silvana Maria Niszcza de Araújo, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que saudou a construção coletiva do evento;
- Hélio Osmar Costa, vice-prefeito;
- Representantes do SICREDI e da CODEPA, apoiadores da conferência.



2.4 Palestra Magna

A assistente social Cristiane Marchesini Teixeira proferiu a palestra com o tema da conferência, abordando os principais desafios das mulheres nos territórios urbanos e rurais. A palestra estimulou reflexões sobre autonomia econômica, participação política, direitos reprodutivos, justiça climática e políticas públicas intersetoriais.

2.5 Apresentação Cultural

O evento contou com apresentação dos alunos da oficina de circo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), promovendo inclusão cultural e celebração da diversidade.

2.6 Grupos Temáticos e Propostas Aprovadas

As discussões foram organizadas em seis eixos temáticos, conforme diretrizes da conferência estadual, e produziram propostas nos níveis municipal, estadual e federal, contemplando temas como:

- Participação política;
- Equidade salarial e autonomia econômica;
- Prevenção à violência de gênero;
- Educação não sexista;
- Políticas de cuidado;
- Saúde integral da mulher.

As propostas foram sistematizadas e aprovadas em plenária.

2.7 Delegadas Eleitas para a Etapa Estadual

Nome	Representação	Segmento
Daysí Kathùza Vieira	Representante da Comunidade	Sociedade Civil (Titular)
Dulce Ribas Correa de Lima	Representante da Comunidade	Sociedade Civil (Suplente)
Silvana Maria Niszcza de Araújo	Secretaria Municipal	Governo (Titular)
Vanessa Maria Maldaner	Secretaria Municipal	Governo (Suplente)

3. PROPOSTAS

3.1 EIXO I – Democracia, Participação e Governança das Mulheres na Política e nos Espaços de Poder

Responsáveis: Vanessa Maria Maldaner e Criscy Nayara Lustoza MUNICIPAL

- Fortalecer o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres da cidade de Coronal Domingos Soares, realizando atividades que promovam o empoderamento das mulheres e estimulem sua participação nos espaços de poder e decisões, através de oficinas, seminários, cursos, rodas de conversas e intervenções culturais.
- Criação de programas de capacitação e mentoria para mulheres interessadas em ingressar na política visando promover a equidade de gênero e aumentar a representatividade feminina na política.



- Assegurar recursos para campanhas de incentivo à candidatura de mulheres nos pleitos municipais.
- Assegurar que as políticas públicas municipais considerem as demandas reais das mulheres do território, por meio da criação de espaços estruturados e regulares de escuta, participação e deliberação.
- Estabelecer articulação permanente entre a política da mulher e a Câmara de Vereadores para monitorar a implementação de políticas de igualdade.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Reservar dotação orçamentária específica para políticas públicas para mulheres no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), com transparência e participação social no controle e fiscalização dos recursos.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Implementar rede intersetorial de apoio às mulheres cuidadoras, com serviços de creche, atenção básica de saúde, assistência social e educação, priorizando áreas rurais e periféricas.

ESTADUAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Ampliar a representação feminina nos conselhos estaduais, fóruns e comissões permanentes, garantindo a participação de mulheres de diferentes realidades sociais.
- Realizar campanhas estaduais de incentivo à participação política das mulheres, com foco em mulheres negras, indígenas, rurais e jovens.
- Financiar programas de mentoria e formação política voltados às mulheres, em articulação com universidades públicas.
- Estabelecer pactos estaduais entre poderes públicos e partidos para promoção da equidade de gênero na ocupação de cargos eletivos e de gestão.
- Promover encontros regionais periódicos para escuta e articulação de demandas das mulheres nos territórios, com foco na construção de políticas participativas.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Destinar percentual fixo do orçamento estadual para programas e ações voltadas à equidade de gênero, com prestação de contas anual e acesso público aos dados de execução.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Criar política estadual de apoio ao cuidado comunitário por meio da formalização de consórcios ou convênios regionais entre municípios de pequeno porte, com cofinanciamento estadual, visando a implantação e manutenção de serviços públicos de cuidado (como centros-dia, creches comunitárias e atendimento domiciliar), além da oferta de capacitação certificada para cuidadoras informais e profissionais.

FEDERAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Regulamentar e ampliar a aplicação da Lei de Cotas de Gênero nos partidos e nas candidaturas, com mecanismos de fiscalização e penalidade em caso de descumprimento.
- Criar mecanismos legais que exijam paridade de gênero na composição de cargos de direção em órgãos públicos federais.



- Institucionalizar programas federais de incentivo à participação feminina na política, com ênfase nas interseccionalidades (raça, território, deficiência, identidade de gênero).
- Garantir financiamento público contínuo para ações de educação em direitos humanos e democracia com enfoque de gênero nas escolas.
- Fortalecer a participação das mulheres nos espaços de controle social e conselhos nacionais por meio de critérios de diversidade e representatividade.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Estabelecer um Fundo Nacional para Políticas Públicas para as Mulheres, com regras claras de repasse aos entes federativos e vinculação a metas de equidade de gênero, transparência e controle social.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Instituir, no âmbito federal, um sistema de mapeamento e monitoramento das demandas e da oferta de cuidado no Brasil, com recorte de gênero, para subsidiar o planejamento das políticas públicas, orientar a alocação de recursos e promover a organização territorial dos serviços de cuidado de forma articulada entre União, estados e municípios.

3.2 EIXO II – Trabalho, Equidade Salarial e Autonomia Econômica

Responsáveis: Belirde da Cruz Leite e Adriana Aparecida Tortelli

MUNICIPAL

- Criar programa municipal de geração de renda para mulheres, com oferta de microcrédito, capacitação técnica e realização de feiras periódicas de empreendedorismo local.
- Realizar mutirões de formalização e regularização de Microempreendedoras Individuais (MEIs) femininas, com atendimento orientado para elaboração de planos de negócio.
- Desenvolver ações de capacitação em educação financeira para mulheres, por meio de parcerias com cooperativas de crédito locais, com foco na construção da autonomia econômica e no fortalecimento da capacidade de gestão dos seus próprios recursos.
- Oferecer cursos profissionalizantes gratuitos alinhados às demandas do mercado local, com reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade.
- Promover oficinas regulares de educação financeira e planejamento orçamentário para mulheres em unidades do CRAS, escolas e centros comunitários, por meio de parcerias público-privadas.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Destinar recursos específicos no orçamento municipal para políticas de autonomia econômica das mulheres, com mecanismos de transparência e participação social na fiscalização da aplicação.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Oferecer cursos básicos de qualificação profissional para mulheres em parceria com o comércio local e cooperativas de crédito, com foco em atividades de geração de renda e horários flexíveis para facilitar a participação de mães e cuidadoras.

ESTADUAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS



- Desenvolver programa estadual de apoio à formalização e fortalecimento de empreendimentos liderados por mulheres, com acesso facilitado a crédito e capacitação técnica.
- Promover políticas de incentivo fiscal para empresas que adotem práticas de equidade salarial e contratem mulheres em setores com baixa representação feminina.
- Conscientizar as mulheres sobre a existência de cursos técnicos e profissionalizantes ofertados por instituições de ensino, especialmente em áreas tecnológicas e industriais, incentivando sua participação por meio de ações informativas e de mobilização nos territórios.
- Implementar campanhas estaduais para conscientização sobre direitos trabalhistas das mulheres, com foco em combate à discriminação salarial e assédio.
- Criar mecanismos de monitoramento estadual para mapear e divulgar dados sobre desigualdade salarial e condições de trabalho das mulheres.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Criar canais de diálogo entre o Estado e os municípios para identificar demandas locais e apoiar a implementação de ações de promoção da autonomia econômica das mulheres, com foco em articulações intermunicipais e suporte técnico às prefeituras.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Ampliar o apoio técnico e financeiro aos municípios para estruturação de serviços de cuidado, como creches e atendimento a pessoas idosas e com deficiência, facilitando a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

FEDERAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Implementar programa nacional de microcrédito orientado para mulheres empreendedoras, com taxas subsidiadas e capacitação em gestão financeira.
- Estabelecer legislação federal que determine transparência salarial obrigatória nas empresas, com relatórios públicos sobre equidade de gênero.
- Incentivar a inclusão de temas relacionados à equidade salarial e autonomia econômica das mulheres nos currículos técnicos e universitários.
- Fortalecer a fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas que protejam as mulheres, combatendo práticas discriminatórias no ambiente de trabalho.
- Criar incentivos financeiros para empresas que adotem políticas efetivas de promoção da equidade salarial e ofereçam programas de desenvolvimento para mulheres.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Instituir Fundo Nacional de Apoio à Autonomia Econômica das Mulheres, com recursos para financiamento de programas, pesquisas e capacitação voltados à redução das desigualdades econômicas de gênero.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Desenvolver política federal integrada de cuidados, com financiamento garantido, que articule ações de saúde, educação, assistência social e trabalho, para assegurar o apoio integral às mulheres cuidadoras e promover sua inclusão socioeconômica.

3.3 EIXO III – Territórios Livres de Violência e Qualificação das Redes de Atenção à Mulher



Responsáveis: Berenice Reis Kopstein

MUNICIPAL

- Implementar campanhas educativas nas escolas municipais para meninos e meninas com foco em “quebrar ciclos de violência intrafamiliar”, promovendo cultura de paz e igualdade.
- Realizar convênio com Casa de Abrigo para mulheres em situação de violência e seus dependentes, com oferta de acolhimento humanizado, orientação jurídica, psicológica e social.
- Formar equipe técnica móvel para visitas periódicas às comunidades rurais e bairros periféricos, levando informação sobre direitos, canais de denúncia e serviços de atendimento.
- Estabelecer protocolo intersetorial de atendimento rápido e integrado entre saúde, assistência social, segurança pública e educação para mulheres em situação de violência.
- Promover rodas de conversa e grupos de apoio às mulheres sobreviventes, fortalecendo redes comunitárias de proteção e autonomia.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Destinar recurso específico no orçamento municipal para políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher, com transparência e participação social na gestão desses recursos.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Criar serviço municipal de atendimento integral para mulheres em situação de violência, com oferta articulada de saúde, assistência social, educação e apoio psicológico.

ESTADUAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Estabelecer programa estadual de cofinanciamento para criação e manutenção de casas de abrigo para mulheres vítimas de violência e seus dependentes.
- Fomentar projetos municipais de prevenção e combate à violência contra a mulher, com foco na capacitação de profissionais e ampliação do atendimento territorial.
- Desenvolver capacitação contínua para profissionais da rede de proteção (saúde, assistência social, segurança pública e educação), com enfoque na abordagem humanizada e integrada.
- Implantar centros regionais de atendimento especializado à mulher em situação de violência, que integrem serviços jurídicos, psicológicos e sociais.
- Realizar campanhas estaduais de conscientização sobre violência de gênero, com ênfase em comunidades rurais e populações vulneráveis.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Garantir percentual do orçamento estadual para políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, com mecanismos de controle social e prestação de contas pública.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Apoiar tecnicamente os municípios na implantação de serviços integrados de cuidado e proteção para mulheres vítimas de violência, com oferta ampliada e articulada entre setores.

FEDERAL



PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Ampliar e fortalecer políticas nacionais de defesa dos direitos das mulheres, com foco em prevenção, acolhimento e reparação em casos de violência de gênero.
- Disponibilizar recursos federais de cofinanciamento para estados e municípios destinarem à criação e manutenção de serviços de proteção e abrigo para mulheres vítimas de violência.
- Instituir programa federal permanente de capacitação e formação para profissionais das redes de atendimento, com material didático e protocolos padronizados.
- Fortalecer o sistema nacional de monitoramento e registro dos casos de violência contra a mulher, garantindo acesso público a dados atualizados.
- Promover campanhas nacionais de conscientização sobre violência de gênero, destacando a importância da denúncia e da rede de proteção.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Criar Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, assegurando repasses regulares e transparentes para estados e municípios, vinculados a metas claras de redução da violência.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Desenvolver diretrizes nacionais para a integração dos serviços de saúde, assistência social, educação e segurança pública no atendimento às mulheres em situação de violência, com financiamento assegurado.

3.4 EIXO IV – Direito ao Território e Sustentabilidade

Responsáveis: Andrea Reis Taques Casanova e Elizane Aparecida Vaz

MUNICIPAL

- Realizar diagnóstico territorial participativo para identificar barreiras de acesso a serviços públicos básicos (água, saneamento, transporte, energia), priorizando as necessidades de mulheres em territórios vulnerabilizados.
- Contribuir para a transformação das relações das mulheres com seu grupo familiar, favorecendo a democratização e possibilitando a superação das relações familiares estruturadas a partir do domínio da violência.
- Conhecer as condições sociais que impedem segmentos de mulheres de se alfabetizarem para formular e realizar os programas educacionais de jovens e adultos e adequá-los às necessidades das mulheres.
- Desenvolver hortas comunitárias e espaços agroecológicos urbanos e rurais geridos por mulheres, com apoio técnico da agricultura familiar e da assistência social, promovendo segurança alimentar e geração de renda.
- Assegurar o acesso das mulheres a programas de regularização fundiária urbana e rural, com titularidade preferencial feminina, especialmente para chefes de família e mulheres em situação de violência.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Incluir dotações específicas para políticas de igualdade territorial e ambiental para mulheres no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), com indicadores de impacto e metas específicas.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Implantar pontos de apoio comunitário com serviços integrados de cuidado (creche comunitária, atendimento básico em saúde e assistência), facilitando o acesso das mulheres cuidadoras ao território e à vida pública.



ESTADUAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Criar linhas de crédito e fomento para iniciativas lideradas por mulheres em áreas de produção sustentável, agroecologia, turismo de base comunitária e economia solidária.
- Capacitar e apoiar mulheres em situação de vulnerabilidade para atuarem em projetos de conservação ambiental e gestão de recursos naturais nos seus territórios.
- Implementar programa estadual de formação política e ambiental para mulheres, incentivando seu protagonismo nos comitês de bacia hidrográfica, conselhos ambientais e conselhos de cidades.
- Garantir acesso preferencial de mulheres chefes de família a programas de habitação rural e urbana, com prioridade para vítimas de violência e população em vulnerabilidade.
- Realizar mapeamento estadual das desigualdades de acesso das mulheres aos bens naturais e à infraestrutura urbana, como base para políticas de justiça territorial e ambiental.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Destinar, por meio de legislação estadual, no mínimo 5% do orçamento do Fundo Estadual de Políticas para Mulheres para ações ligadas à sustentabilidade, território e justiça socioambiental.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Ampliar o apoio técnico e financeiro aos municípios para implantação de equipamentos públicos de cuidado nos territórios com maior vulnerabilidade social e ambiental.

FEDERAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Criar o Sistema Único de Políticas para Mulheres, com diretrizes legais e estrutura de governança que assegurem o direito ao território e à sustentabilidade como eixos estruturantes das políticas públicas.
- Implantar um sistema nacional de informação territorial com recorte de gênero, que integre dados sobre acesso a bens públicos, habitação, mobilidade, saneamento, educação ambiental e condições de vida das mulheres.
- Estabelecer um pacto federativo com definição clara de competências de União, estados e municípios para a implementação das políticas públicas para mulheres nos territórios.
- Fortalecer os programas nacionais de regularização fundiária, com priorização para mulheres rurais e urbanas em situação de vulnerabilidade.
- Fomentar a criação de cooperativas, associações e redes produtivas lideradas por mulheres em áreas de conservação ambiental, agricultura sustentável e reciclagem, com acesso a crédito e mercado.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Criar mecanismos federais de transferência de recursos com critérios de justiça territorial e gênero, assegurando repasses vinculados ao desempenho em políticas de equidade no uso dos territórios e na sustentabilidade ambiental.

PROPOSTA DE CUIDADOS



- Estabelecer diretrizes nacionais para garantir a presença de equipamentos públicos de cuidado em comunidades rurais e periferias urbanas, articulando as políticas de habitação, mobilidade, saúde e assistência social.

3.5 EIXO V – Educação Não Sexista e Cultura para Igualdade

Responsáveis: Zenilda Baniski e Dulce Ribas Correa de Lima

MUNICIPAL

- Implementar atividades pedagógicas que abordem a igualdade de gênero de forma transversal nas disciplinas da educação básica, com foco na valorização de meninas e mulheres e na desconstrução de papéis de gênero.
- Estabelecer parcerias com instituições regionais de ensino superior ou Núcleos Regionais de Educação para ofertar formação continuada a professores da rede municipal sobre práticas pedagógicas não sexistas.
- Incluir a temática da igualdade de gênero nos eventos escolares e comunitários, como feiras culturais, semanas pedagógicas e apresentações artísticas.
- Realizar levantamento participativo com estudantes, docentes e famílias para identificar práticas discriminatórias no ambiente escolar e subsidiar ações de enfrentamento.
- Apoiar ações culturais realizadas por mulheres ou que abordem questões de gênero, por meio da disponibilização de espaços públicos e apoio logístico.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Criar comissão intersetorial composta por representantes da educação, saúde, cultura, assistência social e conselhos municipais, com a finalidade de planejar e monitorar ações de promoção da igualdade de gênero nas políticas públicas locais.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Ofertar oficinas para famílias e cuidadores(as) locais sobre a corresponsabilidade no cuidado com crianças, idosos e pessoas com deficiência, incluindo a perspectiva de gênero e divisão justa do trabalho doméstico e de cuidados.

ESTADUAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Institucionalizar programa de formação continuada para profissionais da rede estadual de ensino sobre educação não sexista e promoção da igualdade de gênero nas práticas pedagógicas.
- Produzir e distribuir materiais didáticos e paradidáticos com conteúdo orientado para a igualdade de gênero nas escolas públicas estaduais, em consonância com a BNCC e os princípios da educação inclusiva.
- Estabelecer editais de fomento a iniciativas culturais com protagonismo de mulheres, especialmente em municípios de pequeno porte, zonas rurais, comunidades tradicionais e periféricas.
- Inserir critérios de promoção da igualdade de gênero nas avaliações institucionais das escolas estaduais, considerando ambiente escolar, materiais didáticos, formação de professores e gestão escolar.
- Realizar encontros regionais com gestores municipais e estaduais para compartilhamento de boas práticas em educação não sexista e ações culturais com enfoque de gênero.



PROPOSTA TRANSVERSAL

- Desenvolver sistema estadual de indicadores de gênero nas áreas de educação e cultura, integrando dados quantitativos e qualitativos sobre acesso, permanência, participação e promoção da equidade nas políticas públicas.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Criar cursos técnicos profissionalizantes para formação de cuidadores(as) com conteúdo obrigatório sobre igualdade de gênero, direitos humanos e ética do cuidado, em parceria com instituições de ensino técnico e superior.

FEDERAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Incluir diretrizes explícitas sobre educação não sexista e igualdade de gênero na Base Nacional Comum Curricular, garantindo abordagem transversal em todos os níveis da educação básica.
- Instituir programa nacional de certificação para escolas públicas que desenvolvam práticas pedagógicas com foco na igualdade de gênero e na eliminação da discriminação.
- Criar linhas de financiamento específicas para projetos culturais realizados por mulheres e para iniciativas artísticas que promovam a equidade de gênero em diferentes territórios, com atenção a populações vulnerabilizadas.
- Lançar campanhas nacionais de sensibilização sobre igualdade de gênero, combate ao machismo e promoção de uma cultura de respeito nas escolas, mídias públicas e canais digitais de comunicação.
- Desenvolver plano de incentivo ao ingresso de meninas e mulheres em áreas do conhecimento historicamente masculinizadas (como ciências exatas e tecnologia), com estratégias de apoio e acompanhamento escolar.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Estabelecer política nacional articulada entre os ministérios da Educação, Cultura, Mulheres e Direitos Humanos para integração de ações de promoção da igualdade de gênero nas políticas públicas, com metas, orçamento e monitoramento intersetorial.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Regular a profissão de cuidador(a), estabelecendo parâmetros nacionais de formação, remuneração e condições de trabalho, com inclusão obrigatória de conteúdos relacionados à equidade de gênero e aos direitos das mulheres no processo formativo.

EIXO VI – Saúde Integral e Bem-Estar da Mulher

Responsáveis: Silvana Maria Niszczak de Araújo

MUNICIPAL

- Realizar concurso público para garantir a composição das equipes multiprofissionais no âmbito da política municipal de saúde, assegurando o atendimento integral, contínuo e qualificado às mulheres em todas as fases do ciclo de vida. A equipe deverá contar com profissionais como psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, ginecologistas, nutricionistas, terapeutas ocupacionais e profissionais qualificados em práticas integrativas, fortalecendo a rede de atenção e respeitando as especificidades de gênero.
- Elaborar plano de educação permanente para a capacitação contínua da equipe de saúde do município, através de encontros mensais, com foco na



atenção integral à saúde da mulher. As temáticas abordarão: saúde integral e direitos da mulher; saúde mental e acolhimento emocional; prevenção e enfrentamento da violência; saúde sexual e reprodutiva; envelhecimento saudável; alimentação e atividade física; apoio no pós-parto; saúde da mulher com deficiência e diversidade; enfrentamento do estresse e ansiedade; promoção do autocuidado e autoestima; fortalecimento da rede de apoio.

- Implantar um programa municipal de apoio psicológico e acolhimento humanizado a mulheres em situação de perda gestacional ou neonatal, com oferta de atendimento individualizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Garantir o acolhimento imediato, escuta qualificada e acompanhamento psicológico contínuo, com fluxo definido para identificação e conduta desses casos, assegurando cuidado integral, sigiloso e respeitoso, com foco na saúde mental e no enfrentamento do luto de forma humanizada.
- Implantar grupos terapêuticos e rodas de conversa nas Unidades Básicas de Saúde para atendimento integral às mulheres, abordando temas como saúde mental, maternidade, puerpério, menopausa, planejamento familiar, violências e outras questões do ciclo de vida feminino, promovendo acolhimento, escuta qualificada e fortalecimento emocional.
- Implementar uma estratégia municipal integrada para promoção e ampliação da cobertura do exame citopatológico, com busca ativa sistematizada de mulheres com exames em atraso, agendamento facilitado com uso de tecnologia para acompanhamento, ações educativas contínuas nas UBS para sensibilização e esclarecimento, além da oferta em horário diferenciado e de parcerias locais para ampliar o acesso em populações vulneráveis e áreas de difícil alcance.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Criar um protocolo municipal de acolhimento para mulheres em situação de violência, abrangendo as políticas de saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e demais áreas afins, com a implantação da sala de escuta protegida denominada Sala Roxa, garantindo a articulação direta e efetiva com a rede de proteção, assegurando atendimento integral, imediato, humanizado e sigiloso, promovendo a integração intersetorial para fortalecimento da rede de apoio.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Implementar um programa municipal de promoção da saúde mental voltado para todas as servidoras públicas de Coronel Domingos Soares, com oferta regular de atendimentos psicológicos individuais, grupos terapêuticos, rodas de conversa e ações de prevenção ao estresse e ao burnout. O programa deverá incluir estratégias para identificação precoce de sofrimento mental, promover o autocuidado e o fortalecimento emocional, além de garantir um ambiente de trabalho saudável e apoio intersetorial para a saúde integral das servidoras.

ESTADUAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Financiar a construção e a manutenção das Casas da Mulher Paranaense de forma regionalizada, garantindo espaços estruturados para acolhimento, proteção e atendimento integral às mulheres em situação de violência.



- Criar uma linha estadual de apoio psicológico emergencial 24 horas, exclusiva para mulheres, garantindo acesso imediato a suporte emocional e acolhimento qualificado em situações de crise.
- Ampliar a cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Paraná, implantando núcleos específicos para atendimento de mulheres, com foco em saúde mental, acolhimento humanizado e abordagem das particularidades de gênero.
- Criar um setor específico na Secretaria Estadual da Saúde dedicado ao apoio direto às ações municipais voltadas à saúde integral da mulher, com foco em saúde mental e bem-estar.

PROPOSTA TRANSVERSAL

- Instituir uma política estadual integrada de atenção materno-infantil que articule as secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social e Desenvolvimento Social, promovendo ações conjuntas de pré-natal, puericultura, aleitamento materno, vacinação e combate à desnutrição infantil.

PROPOSTA DE CUIDADOS

- Implantar unidades móveis de mamografia para atendimento em regiões rurais e municípios de difícil acesso, ampliando a cobertura do diagnóstico precoce e reduzindo desigualdades territoriais.

FEDERAL

PROPOSTAS TEMÁTICAS

- Ampliar o acesso à mamografia em todo o país, com a aquisição de equipamentos e implantação de unidades móveis, priorizando regiões remotas e populações vulneráveis.
- Estabelecer linha nacional 24 horas de apoio psicológico emergencial exclusiva para mulheres, integrada aos serviços de saúde mental e redes de proteção social.
- Implantar programas de grupos terapêuticos e suporte psicológico para gestantes e puérperas em todo o SUS, fortalecendo a saúde mental materna.
- Desenvolver e implementar protocolo nacional para acolhimento e atendimento psicossocial de mulheres em situação de violência, integrando saúde mental e atenção materno-infantil.
- Incentivar a utilização de tecnologias digitais para teleconsulta e acompanhamento remoto em saúde mental e cuidados materno-infantis, ampliando o acesso e a continuidade do cuidado.

PROPOSTA TRANSVERSAL

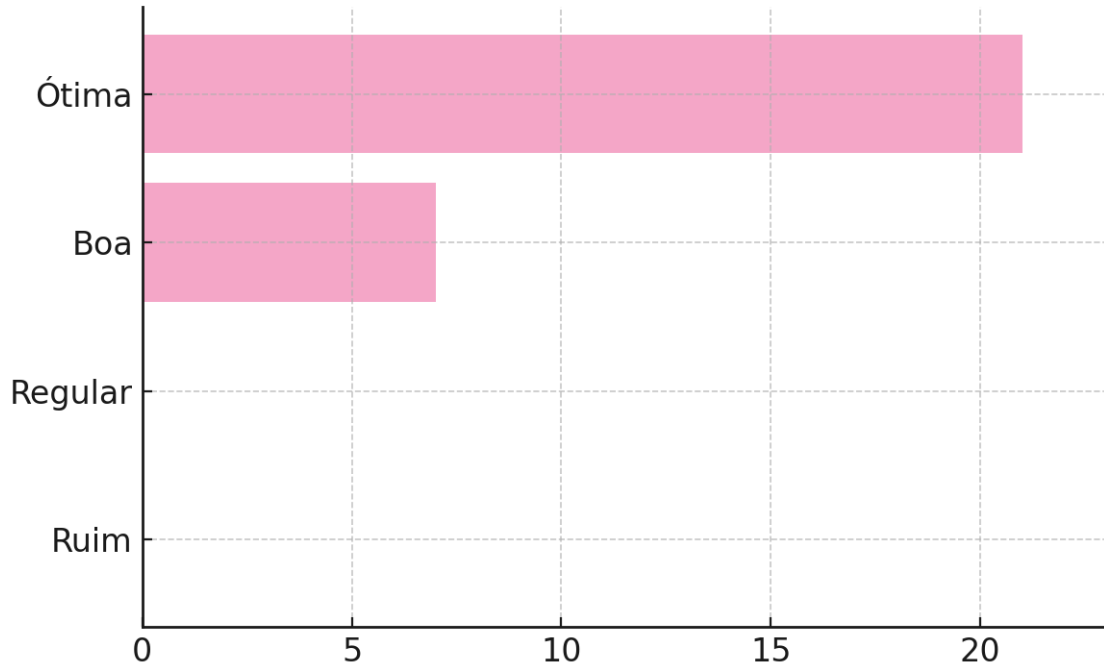
- Implementar uma política nacional de atenção integral à saúde das mulheres em unidades prisionais, com oferta de cuidados em saúde sexual e reprodutiva, atenção ao ciclo gravídico-puerperal, acompanhamento psicológico e ações integradas com educação e justiça para proteção de direitos e ressocialização.

PROPOSTA DE CUIDADOS

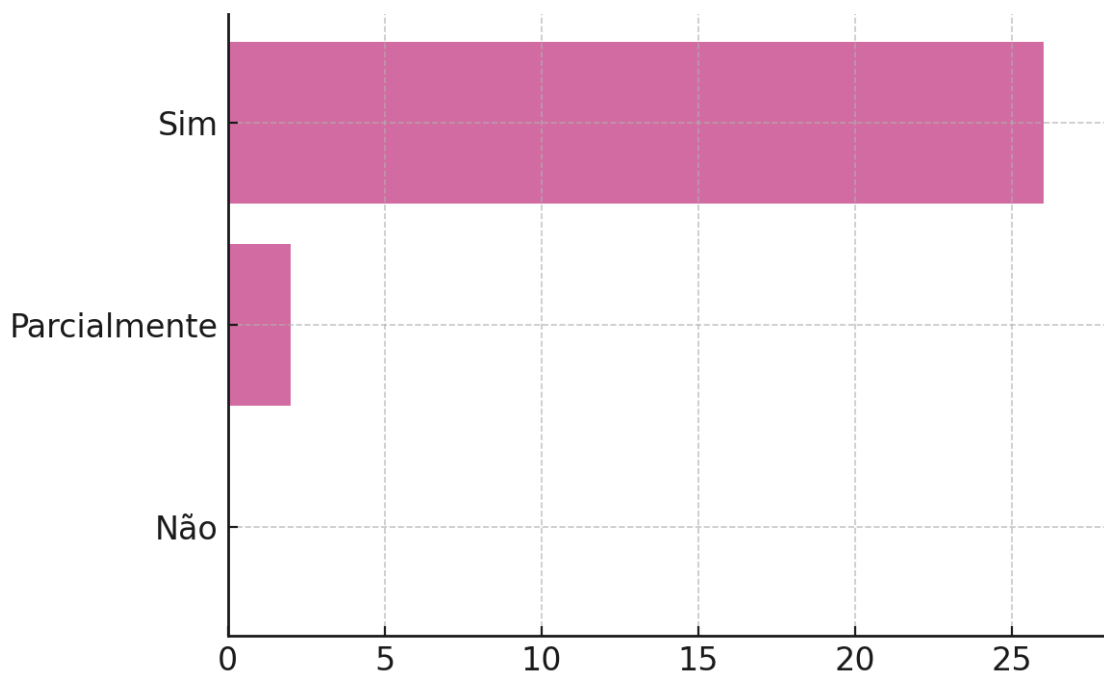
- Implementar programas de educação digital e teleconsulta para esclarecimento, acompanhamento e suporte emocional às pacientes, facilitando o acesso a especialistas e reduzindo barreiras geográficas.

4. AVALIAÇÃO

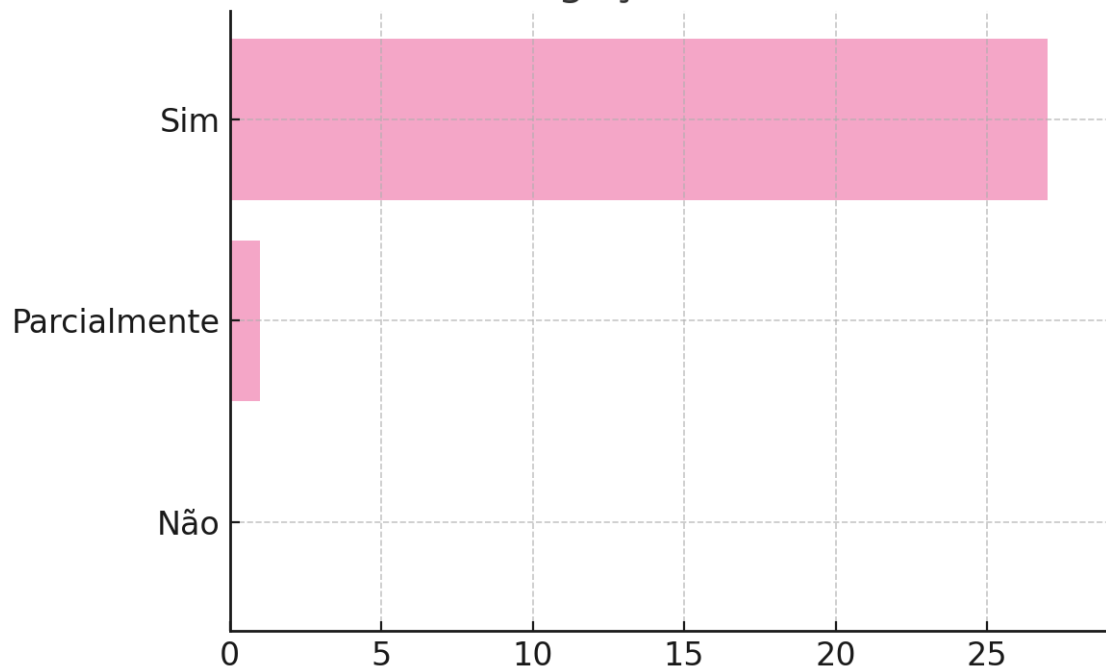
Organização Geral



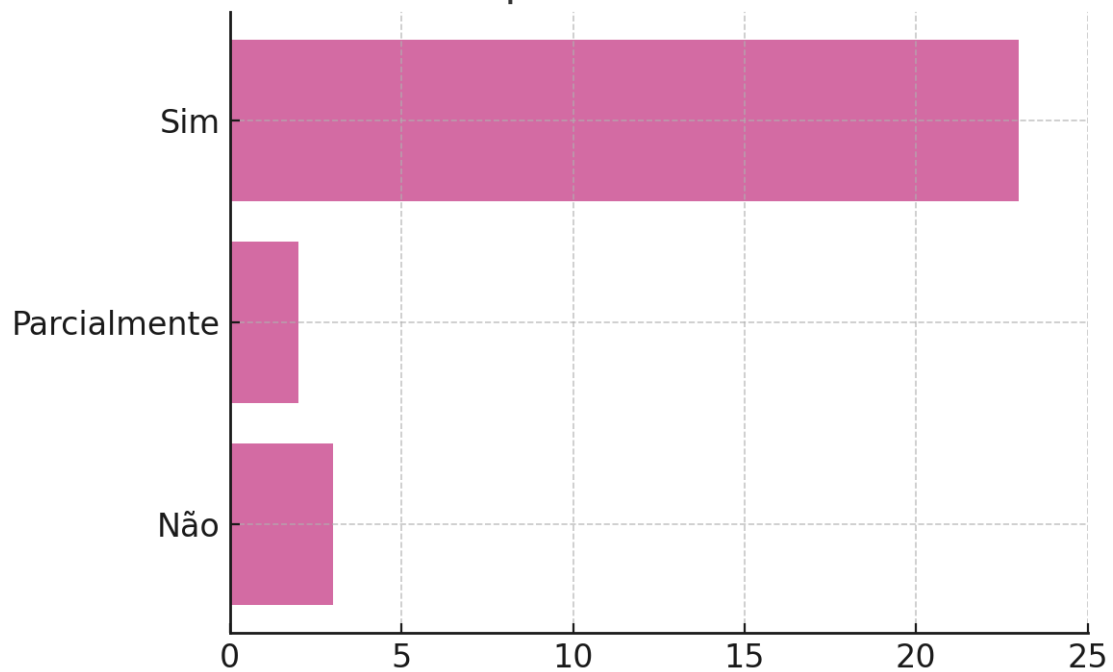
Infraestrutura



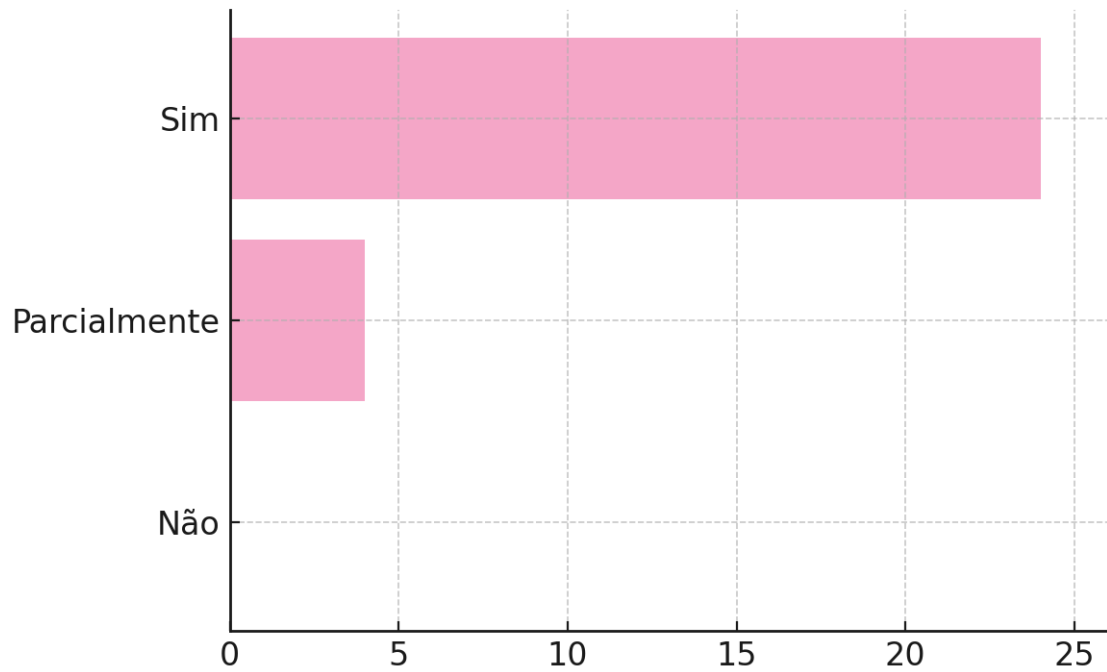
Divulgação e Acesso



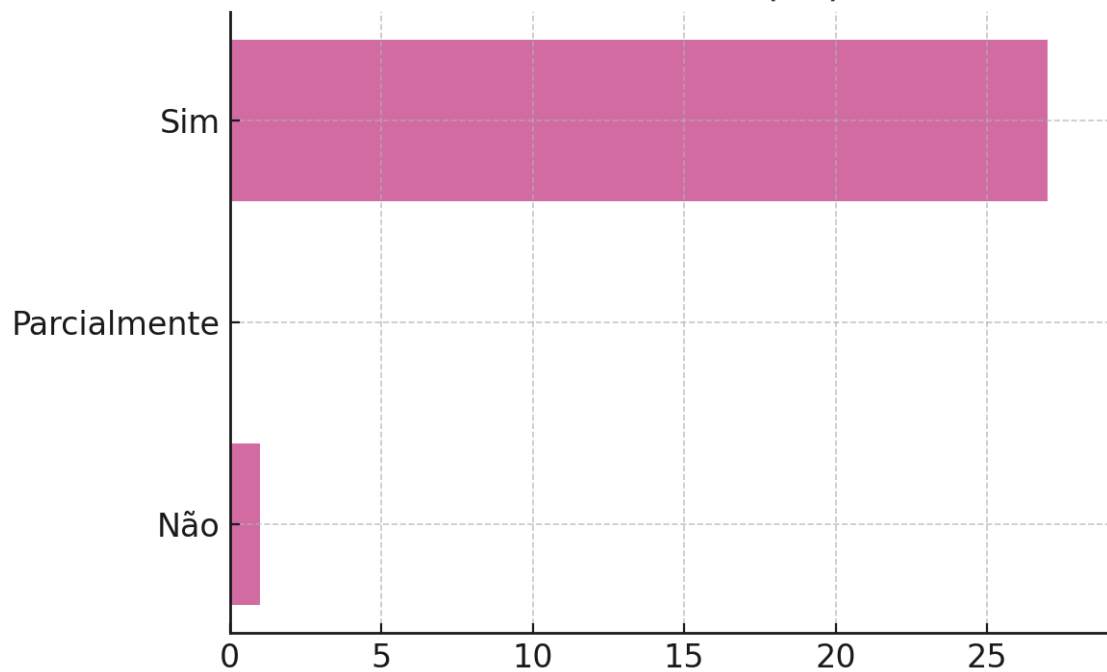
Representatividade



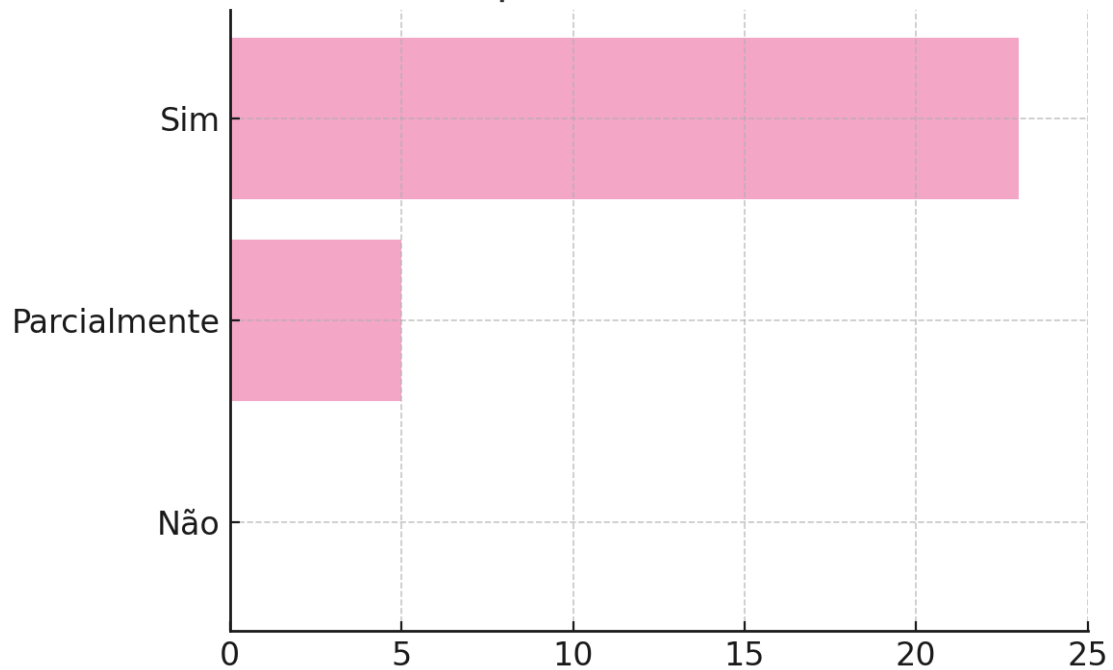
Conteúdo e Discussões



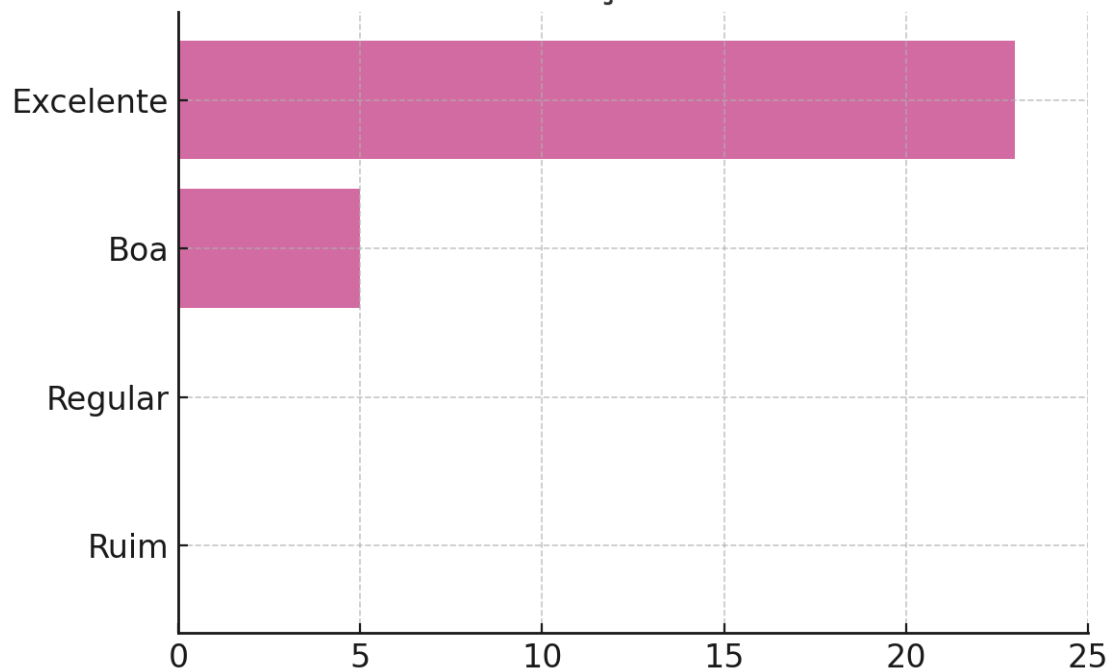
Facilitadoras(es)



Propostas Elaboradas



Avaliação Geral





5. PARA REFLEXÃO

5.1 Mensagem da Prefeita de Coronel Domingos Soares

A força de uma mulher reside na sua coragem de enfrentar desafios, na determinação com que supera as adversidades e na luz que irradia mesmo nos momentos mais difíceis.

Mulher forte é aquela que transforma a dor em aprendizado, que encontra coragem mesmo quando tudo parece incerto, e que não permite que nada, nem ninguém, defina os seus limites.

Empoderem-se. Acreditem em vocês. Vocês são capazes de tudo!

Sejam as protagonistas da própria história. Escrevam, com orgulho, um enredo de sucesso, superação e dignidade.

Meu respeito, minha admiração e meu compromisso com cada mulher de Coronel Domingos Soares.



Maria Antonieta de Araújo Almeida



5.2 Mensagem da Diretora do Departamento Municipal de Ação Social

Falar de mulheres, territórios e cidades é refletir sobre os espaços que ocupamos, não apenas fisicamente, mas também social e simbolicamente.

É reconhecer que muitas vezes as mulheres caminham por ruas sem segurança, enfrentam silêncios nos espaços de decisão e ainda precisam lutar diariamente para que suas existências sejam visíveis, respeitadas e valorizadas.

Como gestoras públicas, temos o dever de garantir que cada território, cada serviço, cada política seja construído com e para as mulheres. Que a cidade seja um espaço de acolhimento, de dignidade e de pertencimento para todas, sem exceção.

O Departamento Municipal de Ação Social tem orgulho de ter feito parte dessa jornada, garantindo a estrutura, o acolhimento e a escuta para que cada mulher se sentisse pertencente e representada.

Meu compromisso, enquanto gestora pública e mulher, é seguir lutando por um município onde todas tenham espaço, voz, respeito e dignidade.



Vanessa Maria Maldaner



5.3 Mensagem da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Ao discutirmos “As mulheres, os territórios e as cidades”, refletimos sobre pertencimento, acesso e justiça. Falamos de espaços físicos e simbólicos. Falamos de direitos que ainda nos são negados. Mas, sobretudo, falamos de coragem e da força coletiva das mulheres para transformar a realidade.

Nenhuma mudança é possível sem a voz das mulheres. Sem sua vivência, sem sua força, sem sua história.

Que este seja um espaço onde cada mulher possa se reconhecer, se expressar, se fortalecer. Que nossas propostas não fiquem apenas no papel, mas se tornem políticas reais, construídas a partir das nossas múltiplas realidades: das mulheres do campo, da cidade, jovens, idosas, negras, indígenas, com deficiência, mães solo, lideranças, trabalhadoras.

A nossa luta é por dignidade, respeito, autonomia e liberdade. A nossa presença aqui é um ato político. É um grito coletivo por equidade e justiça.

Que este seja o início de uma nova cultura de políticas públicas — mais humana, mais sensível, mais plural. Que possamos ocupar nossos territórios com orgulho, redesenhar nossas cidades com coragem e reconstruir o presente com a certeza de que merecemos o melhor futuro.

Com escuta, empatia e ação, seguimos juntas.



Silvana Maria Niszcza de Araújo



5.4 Mensagem dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

O caminho da transformação social passa, necessariamente, pela escuta, pelo diálogo e pela participação. E é nesse lugar de fala, de construção e de compromisso que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher se posiciona.

Somos mulheres que acreditam no poder da coletividade, da política pública como ferramenta de equidade, e da vigilância cidadã como instrumento de justiça.

Nosso papel vai além da representação: somos presença constante na formulação, no acompanhamento e na fiscalização das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das mulheres.

Fortalecer o controle social é garantir que nenhuma decisão sobre nós aconteça sem nós. É assegurar que as vozes das mulheres, das mais diversas origens, territórios, histórias e identidades sejam não apenas ouvidas, mas consideradas, acolhidas e respeitadas.

Seguimos firmes na missão de construir uma Coronel Domingos Soares onde as políticas públicas para mulheres sejam permanentes, integradas, acessíveis e transformadoras.

Porque democracia se faz com participação. E uma sociedade justa se constrói com coragem, solidariedade e compromisso coletivo.



Conselho Municipal dos Direitos da Mulher



REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO		
Políticas governamentais		Nome
Assistência Social	Titular	Vanessa Maria Maldaner
	Suplente	Criscy Nayara Lustoza
Saúde	Titular	Silvana Maria Niszcza de Araújo
	Suplente	Leonilda de Souza valente
Educação	Titular	Adriana Aparecida Tortelli
	Suplente	Elizane Aparecida Vaz
Administração	Titular	Andrea Reis Taques Casanova
	Suplente	Belirde da Cruz Leite

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL		
Representação		Nome
Sociedade civil	Titular	Miriam Matias
	Suplente	Lenize Teti Rzezniks
Sociedade civil	Titular	Michele Aparecida Rodrigues dos Santos
	Suplente	Tania Aparecida de Oliveira da Silva
Sociedade civil	Titular	Dulce Ribas Correa de Lima
	Suplente	Zenilda Baniski
Sociedade civil	Titular	Sirene das Neves Tiesca
	Suplente	Trindade de Oliveira

- Vanessa de Souza Matiello - Secretária Executiva;
- Maria Jasiara Goulart – Apoio Administrativo.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Coronel Domingos Soares representou um momento de afirmação da democracia participativa e do compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e plural. Ao reunir mulheres do campo e da cidade, representantes do poder público, da sociedade civil organizada e de entidades parceiras, a conferência consolidou-se como um espaço legítimo de escuta, diálogo e proposição.

Durante o evento, foram evidenciadas as múltiplas realidades que atravessam a vida das mulheres, bem como os desafios enfrentados em relação ao acesso à saúde, educação, segurança, renda, representação política e dignidade nos espaços que ocupam. As propostas debatidas e aprovadas nos seis eixos temáticos revelaram a urgência de políticas públicas intersetoriais, sensíveis às desigualdades de gênero e voltadas à garantia de direitos.

A mobilização da comunidade, o envolvimento de diversos setores da administração pública e o protagonismo das participantes marcaram esta conferência como um passo histórico na institucionalização das políticas para as mulheres no município.

O relatório que agora se apresenta é resultado do esforço coletivo de mulheres que não se calaram, que ousaram propor e que, com coragem, plantaram sementes de transformação. Que este seja apenas o início de uma trajetória contínua de construção, fiscalização e fortalecimento das políticas públicas para todas as mulheres de Coronel Domingos Soares.

Que cada proposta aqui registrada se torne compromisso. Que cada voz ouvida se transforme em ação. Que a política para mulheres seja permanente, estruturante e, acima de tudo, transformadora.

SILVANA MARIA NISZCZAK DE ARAÚJO

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

VANESSA MARIA MALDANER

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
PORTARIA Nº 068/2025**

VANESSA DE SOUZA MATIELLO

**ANALISTA ADMINISTRATIVO
ADMINISTRADORA CRA-PR Nº 28522**



ANEXO I CONVOCAÇÃO

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quarta-Feira, 07 de Maio de 2025

Ano XIV – Edição Nº 3354

Página 14 / 033

DECRETO Nº 047/2025

Convoca a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Coronel Domingos Soares e dá outras providências.

DECRETO DE CONVOCAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES DE CORONEL DOMINGOS SOARES

A prefeita municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, e a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Nº 1.157/2024 de 14 de junho de 2024, CONSIDERANDO a Deliberação nº 01/2025 – CEDM/PR, que estabeleceu o tema e fixou o calendário para a realização da V Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres;

DECRETAM:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Coronel Domingos Soares, a ser realizada no dia 18 de junho de 2025, com o tema: “As mulheres, os territórios e as cidades”.

Art. 2º A Conferência Municipal será organizada de forma paritária entre o governo e a sociedade civil, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com apoio do Departamento Municipal de Ação Social e demais órgãos públicos.

Art. 3º A Conferência terá como finalidades:

- I – Avaliar a política da mulher no município;
- II – Discutir e deliberar propostas com base nos eixos temáticos fundamentais, divididos entre eixos transversais e eixos específicos;
- III – Fortalecer a escuta dos diversos segmentos da população;
- IV – Eleger delegadas(os) para a etapa estadual.

Art. 4º A organização e a execução da Conferência ficarão a cargo da Comissão Organizadora, instituída por Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação orçamentária do Departamento Municipal de Ação Social.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Domingos Soares – PR, 02 de maio de 2025.

MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA

PREFEITA MUNICIPAL

SILVANA MARIA NISZCZAK DE ARAÚJO

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER



ANEXO II CONVITE



Convite

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em conjunto com o Departamento Municipal de Ação Social, tem a honra de convidar a comunidade para participar da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Coronel Domingos Soares, que terá como tema: “As mulheres, os territórios e as cidades”.

Data: 18 de junho de 2025

Horário: 13h

Local: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Contamos com a sua presença.

Silvana Maria Niszcza de Araújo
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Vanessa Maria Maldaner
Diretora do Departamento Municipal de Ação Social



ANEXO III CERTIFICADO



Certificado

Certificamos que _____ participou da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Coronel Domingos Soares, com o tema: **“As mulheres, os territórios e as cidades”**, realizada no dia 18 de junho de 2025, com carga horária de 04 (quatro) horas

Silvana Maria Niszcak de Araújo
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Vanessa Maria Maldaner
Diretora do Departamento Municipal de Ação Social



ANEXO IV REGISTROS FOTOGRÁFICOS





